



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005118-66.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Imóvel**
Requerente: **Aparecido Celso Segnini**
Requerido: **Wilson Mora**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor cobra do réu regressivamente importância que despendeu para a quitação de débito a cargo do mesmo.

Os documentos que instruíram a petição inicial respaldam a explicação do autor.

É incontroverso que o autor figurou como fiador em contrato de locação firmado pelo réu (fl. 06, cláusula V), bem como que em decorrência dessa condição efetuou o pagamento de valores que eram de responsabilidade do mesmo (fl. 11).

O próprio réu reconheceu a pertinência da pretensão ofertada, não possuindo o argumento que invocou (sua difícil situação financeira) relevância jurídica para impor ao autor a aceitação da proposta de fls. 22/23.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse contexto, patenteada a obrigação do réu em ressarcir regressivamente ao autor o que ele despendeu, bem como recusada a proposta feita para a solução da pendência (fls. 30/31), a conclusão que se impõe é a de que prospera a postulação levada a cabo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.983,01, acrescida de correção monetária, a partir de outubro de 2014 (época do desembolso de fl. 11), e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**